

OUTORGAS EM SISTEMAS ESTUARINOS E EM ZONAS COSTEIRAS

Questões e sugestões

Conceitos fundamentais:

- 1) Zona costeira
- 2) Estuários
- 3) Bacia hidrográfica

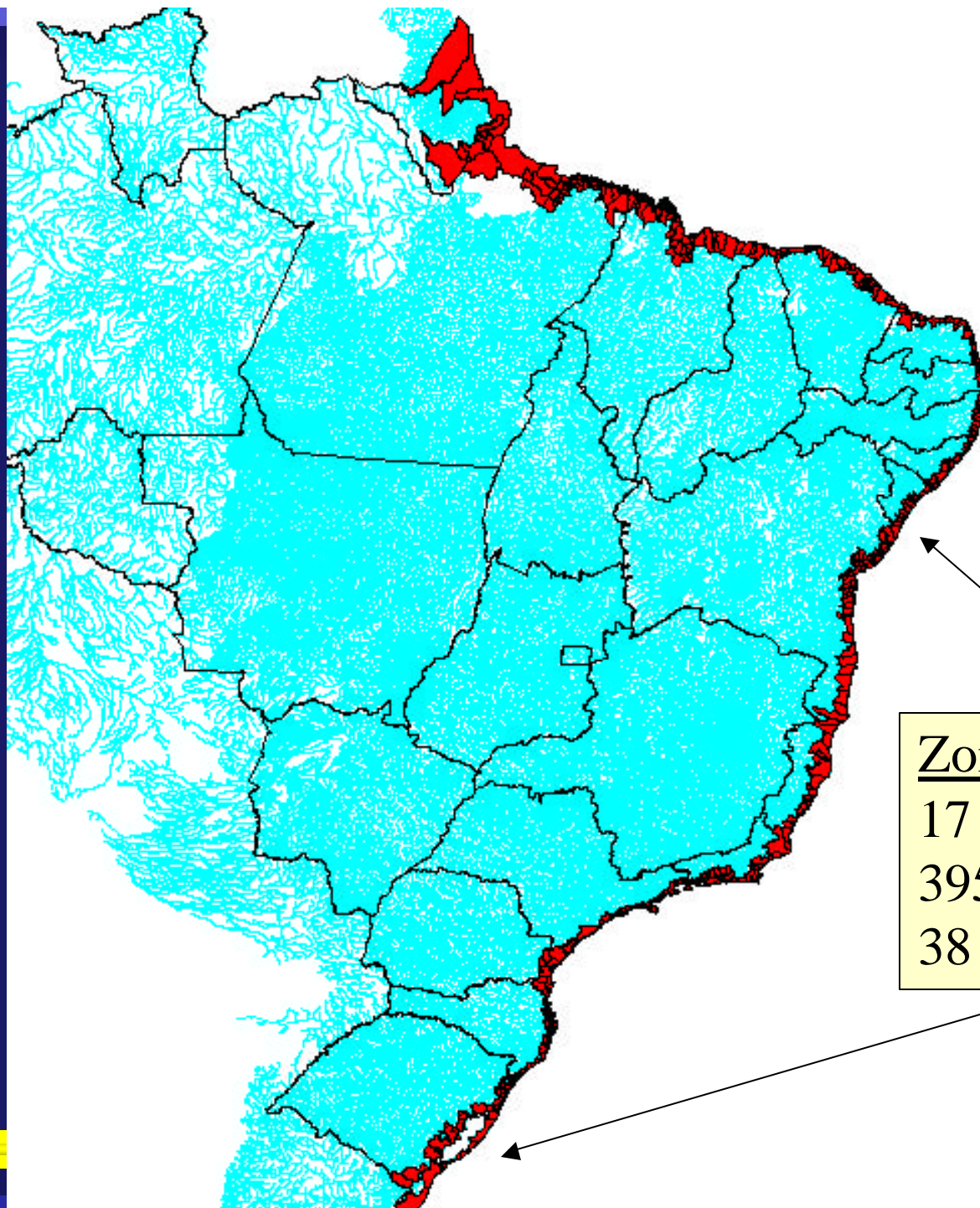
- 1) Zona Costeira (*Edmilson Costa Teixeira - (GEARH/UFES), 2002*).

É o espaço geográfico, de largura variável, que margeia os continentes, constituído por uma porção continental seca e uma porção do espaço marítimo adjacente, sendo que os dois ambientes (terrestre e marinho) afetam um ao outro.

1.B) Faixa Marítima - estende-se mar afora, distando 12 milhas marítimas (1 milha marítima = 1.852 metros) das Linhas de Base (é a linha de baixa-mar ao longo da costa, tal como indicada nas cartas marítimas de grande escala, reconhecidas oficialmente pelo Estado Costeiro) estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, compreendendo a totalidade do Mar Territorial

1. A) Faixa Terrestre - é a faixa do continente formada pelos municípios que sofrem influencia direta dos fenômenos ocorrentes na Zona Costeira, a saber:

- Municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem desta classe, estabelecida pelo IBGE;
- Municípios não defrontantes com o mar que se localizam nas regiões metropolitanas litorâneas;
- Municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas, que apresentem processo de conurbação (conjunto urbano formado por uma cidade grande e suas tributárias limítrofes ou agrupamentos de cidades vizinhas de importância paralela);
- Municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades ou infra-estruturas de grande impacto ambiental sobre a Zona Costeira ou ecossistemas costeiros de alta relevância;
- Municípios estuarinos-lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea; e
- Municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores.



Zona Costeira
17 Estados
395 Municípios
38 milhões de habitantes

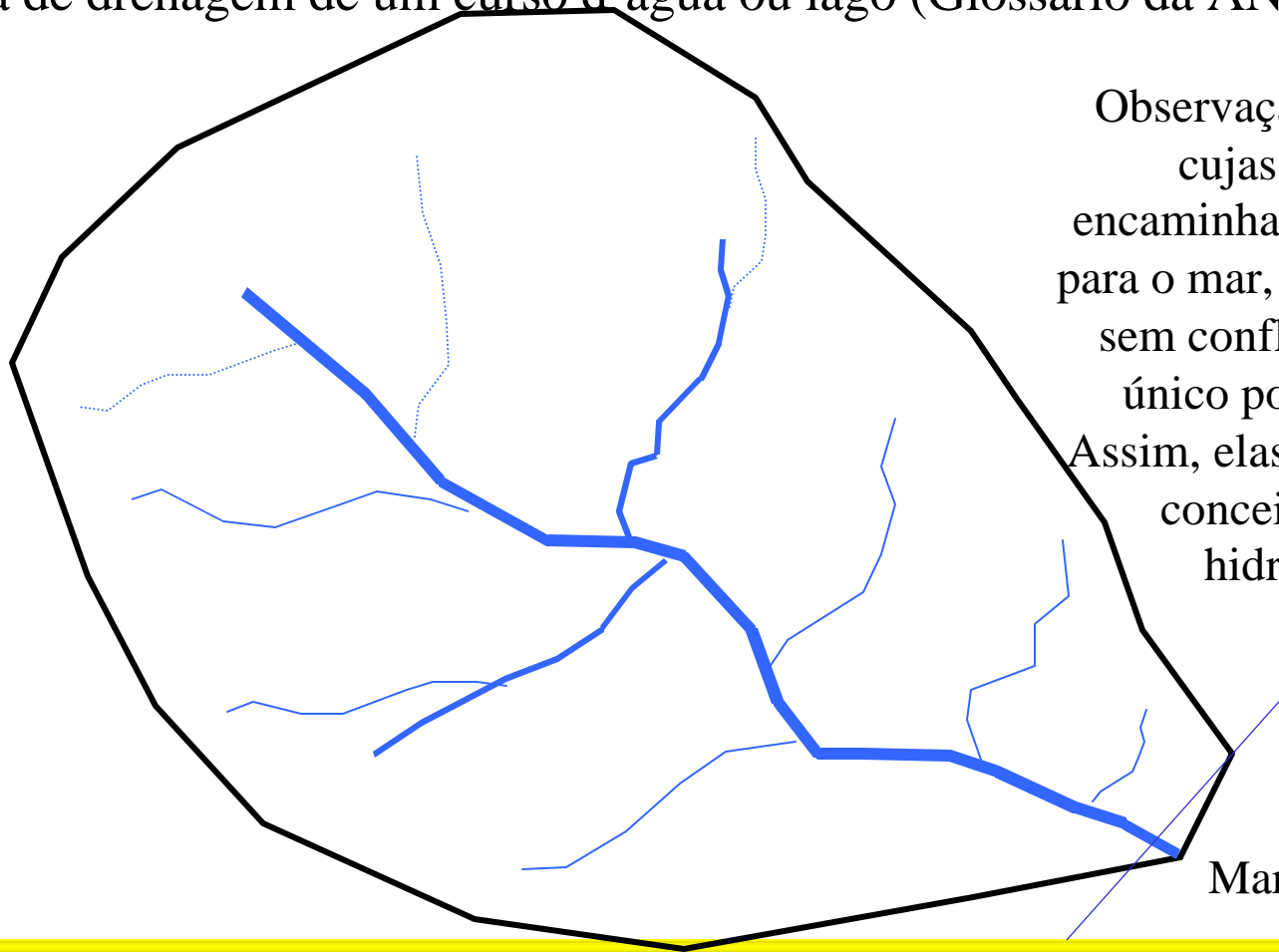
2. Estuário

Corpo aquoso litorâneo de circulação mais ou menos restrita, porém ainda ligado a um oceano aberto. Muitos estuários correspondem a desembocaduras fluviais afogadas e, desta maneira, sofrem diluição significativa de salinidade em virtude do afluxo de água doce... Sob o ponto de vista geológico, os estuários são feições transitórias, que normalmente acabam sendo preenchidas por depósitos de mangues, deltas e marés. Refere-se ao ambiente de sedimentação próprio dos estuários, bem como aos depósitos aí formados. (Fonte: Suguio, Kenitiro, 1998. Dicionário de Geologia Sedimentar e Áreas Afins, pág. 317).

3. Bacia Hidrográfica

Área de captação natural de água da precipitação que faz convergir o escoamento para um único ponto de saída, seu exutório.

Área de drenagem de um curso d'água ou lago (Glossário da ANA)



Observação: há terrenos cujas águas são encaminhadas diretamente para o mar, de forma difusa, sem confluência em um único ponto de saída. Assim, elas não integram o conceito de bacia hidrográfica.

Mar, rio ou lago

Algumas premissas:

- 1) Lagunas, lagoas, estuários e deltas integram a zona costeira.
- 2) Terrenos de marinha integram a zona costeira.
- 3) Lagunas, lagoas, estuários e deltas de rios têm as suas respectivas bacias hidrográficas.
- 4) Marinha considera, para efeito de navegação, que águas interiores são as que se situam a partir da linha da costa. A definição legal das águas interiores adotada na Convenção do Direito do Mar foi integrada no sistema jurídico brasileiro.
- 5) É necessário integrar os instrumentos da PNRH, com os instrumentos da PNMA e do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Entidades envolvidas

- Comissão Interministerial para os recursos do mar (CIRM)
- MMA: Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinho (GI GERCOM) ;
- Agência Nacional de Águas e Órgãos de Recursos Hídricos Estaduais;
- IBAMA e Órgãos Ambientais Estaduais e Municipais;
 - Secretaria de Patrimônio da União (SPU),
 - Marinha do Brasil;
 - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR)

- Para emissão de outorga, é necessária a análise da situação jurídica da área; a realização de estudos técnicos específicos para outorga; a integração da gestão de recursos hídricos com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras; a observância da legislação municipal e estadual; a implementação dos instrumentos de forma integrada; a efetivação da articulação institucional...

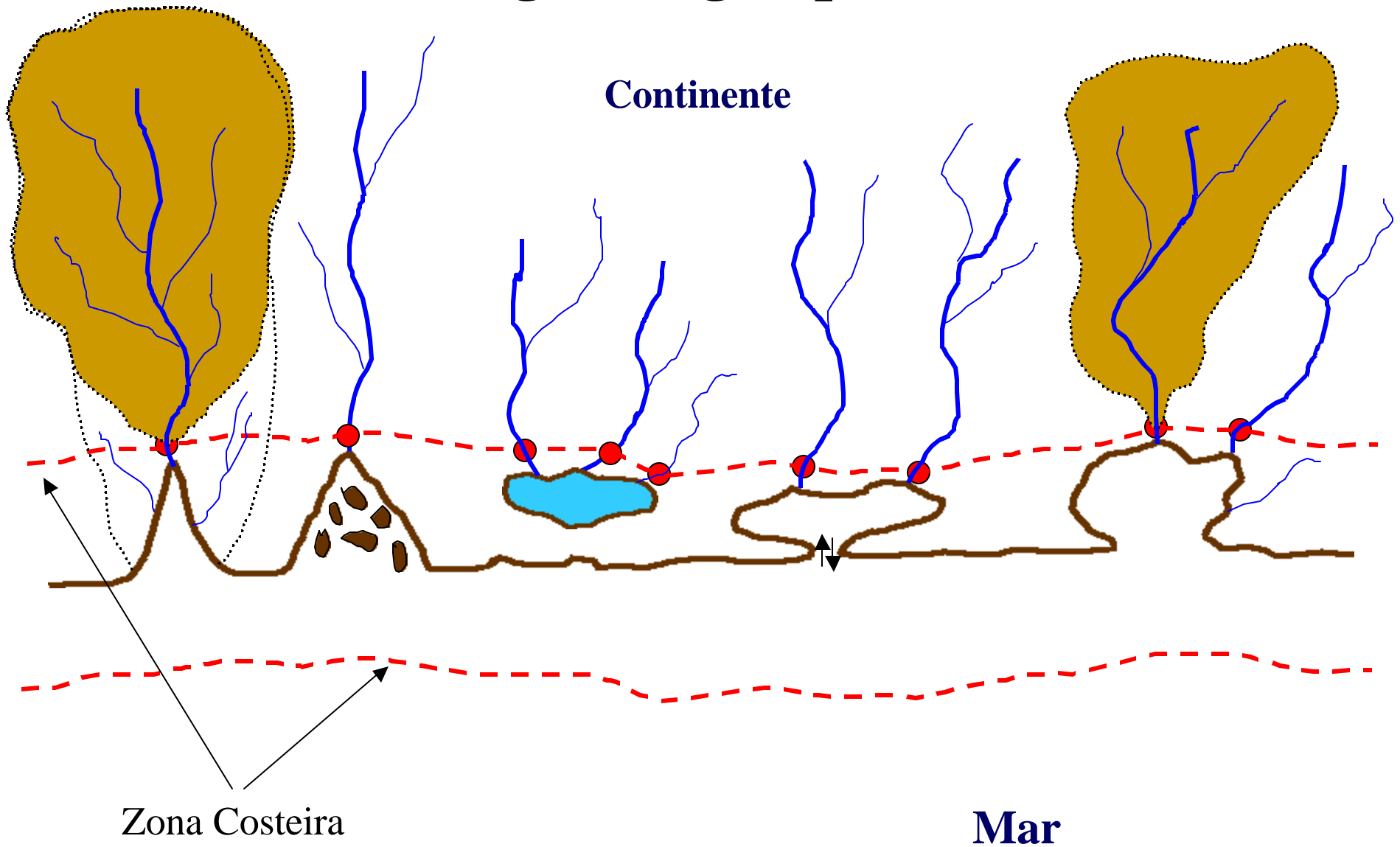
SOLUÇÃO DE ENGENHEIRO

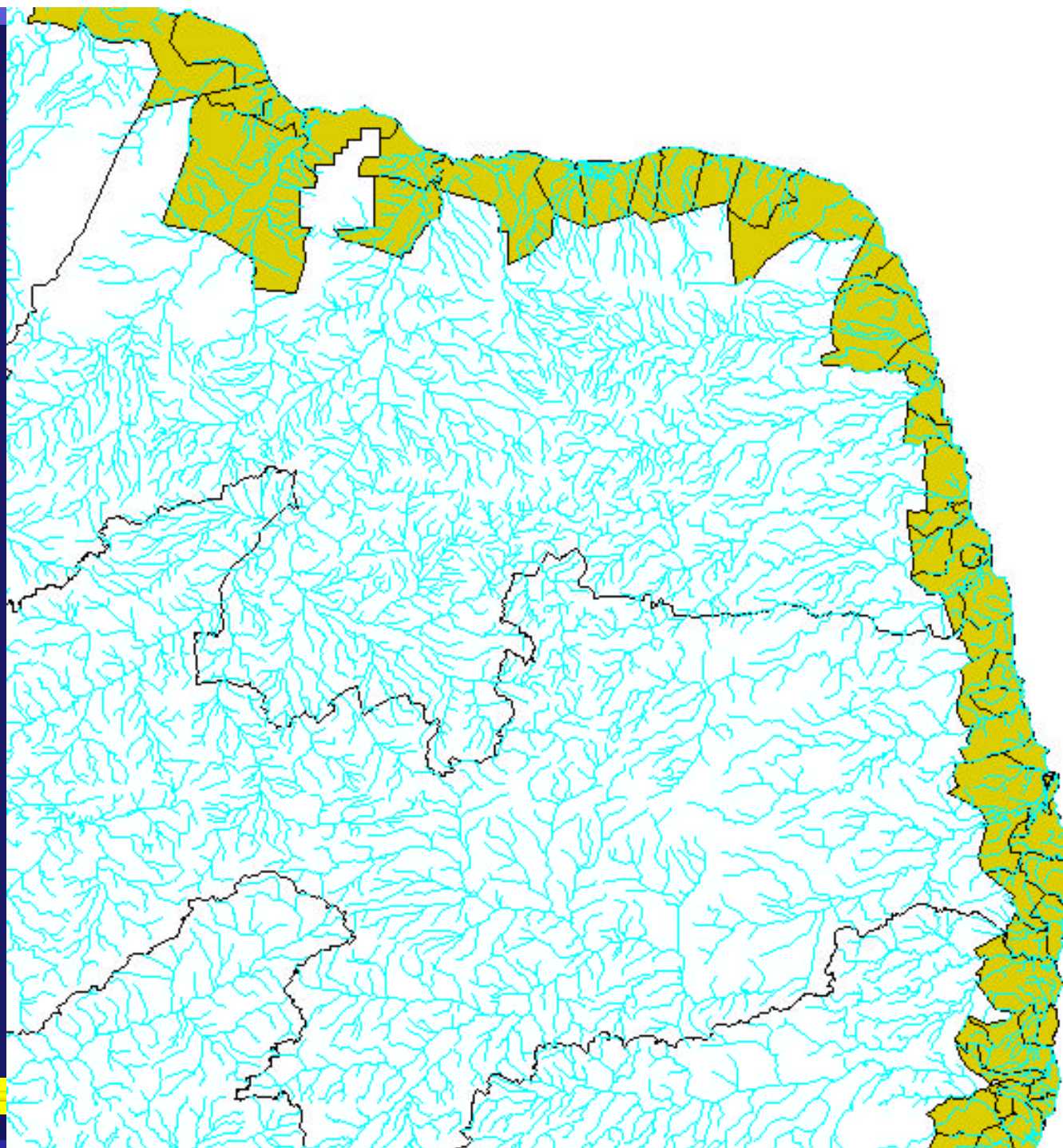
- Estabelecimento de **condições de entrega de água** (qualidade e quantidade) no limite da faixa terrestre da zona costeira.

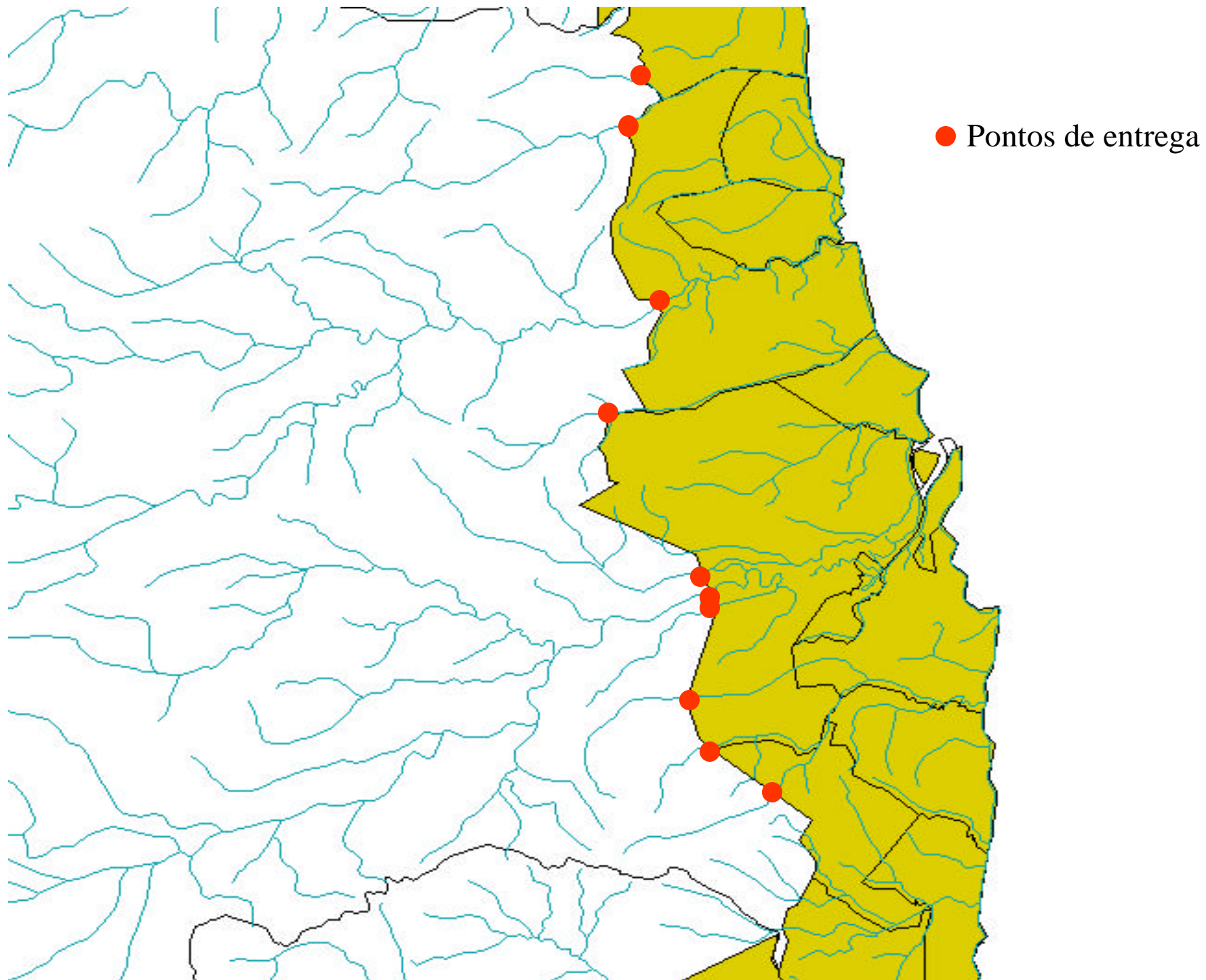
Para isso é necessário:

- Articular/Integrar Plano de Gerenciamento Costeiro com Plano de Recursos Hídricos (bacia hidrográfica)
- Definir as necessidades hídricas de natureza ambiental e antrópica da zona costeira

Pontos de entrega de água para a zona costeira







Quatro estratégias que correm em paralelo:

1) De curto prazo

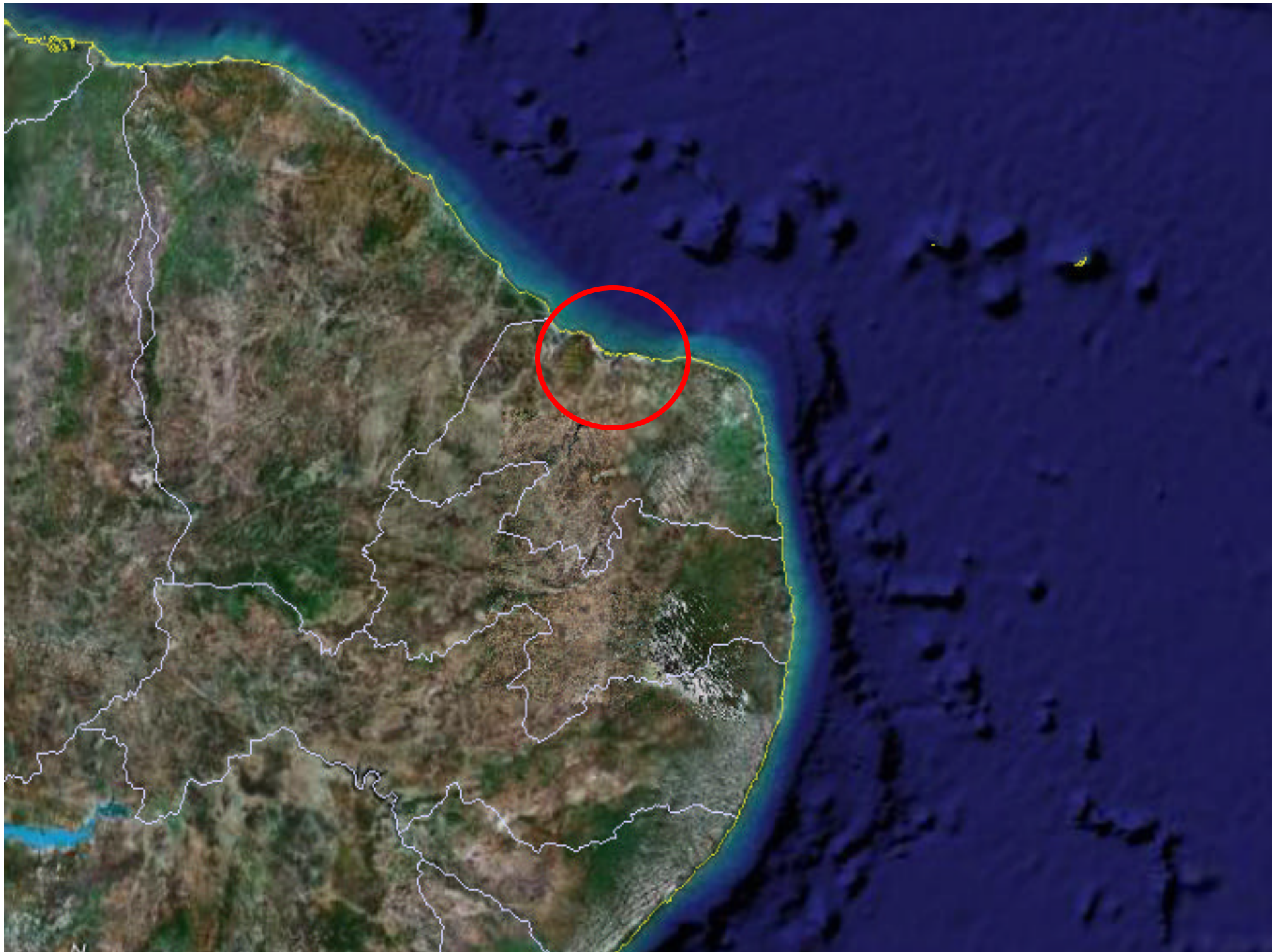
- Antes da emissão da outorga, enviar ofício aos órgãos estaduais de meio ambiente, apresentando as condições da mesma, argüindo sobre inconveniência da operação do empreendimento na área (com prazo de 60 dias para a manifestação). Emissão da outorga com condicionantes relativas às restrições de uso em zona costeira.

2) De médio prazo

- Alternativa 2: A ANA estabelecerá condições de entrega de água (qualidade e quantidade) dos rios de seu domínio no limite da faixa terrestre da zona costeira em articulação com órgão de meio ambiente.
- Alternativa 3: A ANA realizará convênio delegando competência para que os órgãos estaduais emitam outorga (em rios de domínio da União na zona costeira).

3) De longo prazo

- Integração das bases de dados das entidades responsáveis para gestão costeira.
- Inserção da gestão costeira nos planos de recursos hídricos.
- Definir e implementar procedimentos administrativos integrados das instituições.
- Aprimoramento dos procedimentos da outorga em lagoas, lagunas e deltas de rios submetidos à influência da maré.

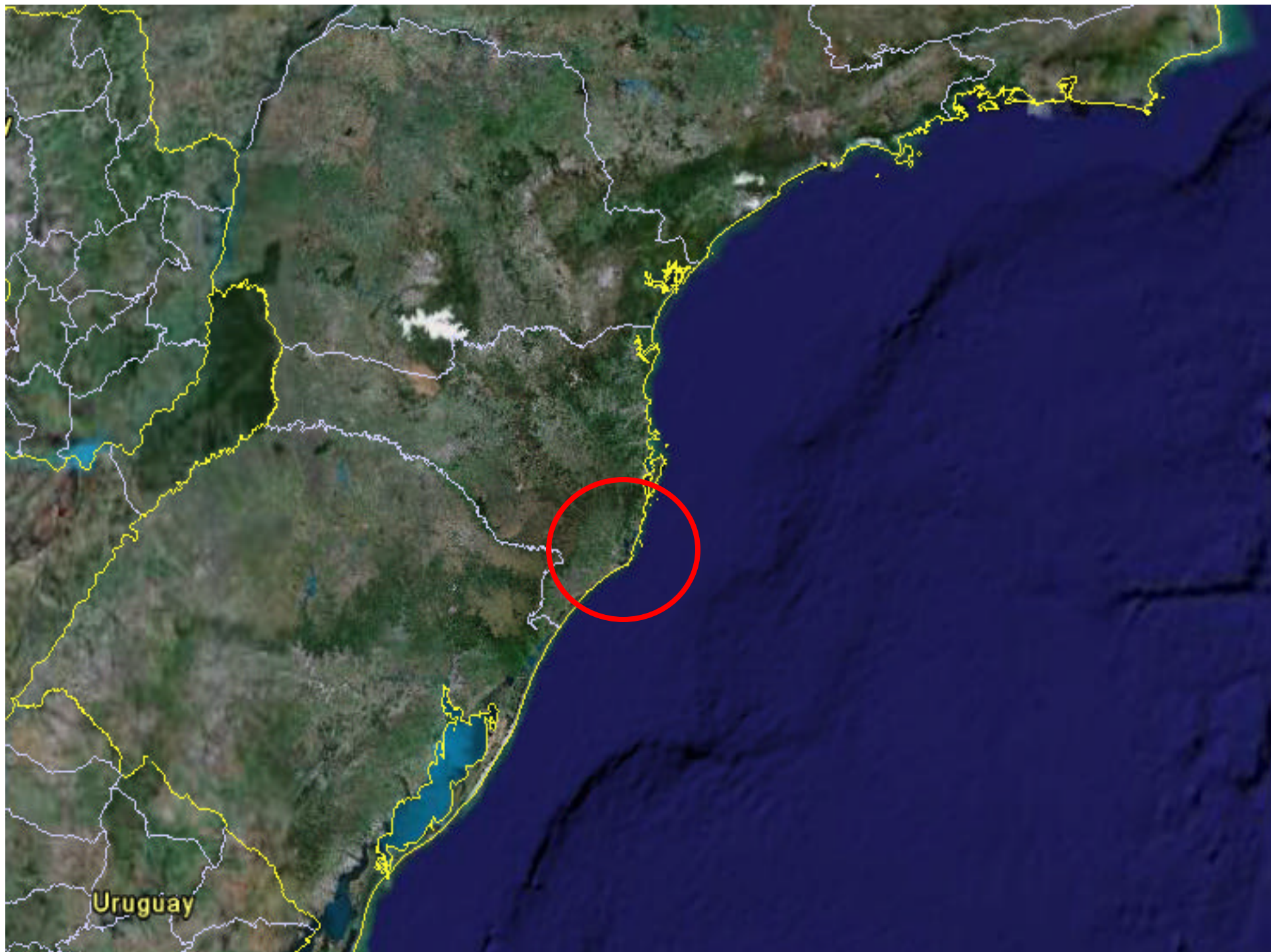
















DECRETO Nº 4.983, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2004.

- Estabelece os pontos apropriados para o traçado das Linhas de Base Retas ao longo da costa brasileira e dá outras providências (segue um rol de coordenadas).
- Art. 2º Em todos os demais trechos do litoral continental e insular brasileiro são adotadas as Linhas de Base Normais, tal como **indicadas nas cartas náuticas de grande escala publicadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil.**
- Art. 3º O sistema geodésico das coordenadas geográficas utilizado como referência para os pontos das Linhas de Base Retas é o WGS 84.
- Art. 4º As Linhas de Base Retas e Normais, conforme definidas neste Decreto, devem ser exclusivamente usadas como origem para o traçado dos limites exteriores do mar territorial, da zona contígua, da zona econômica exclusiva e da plataforma continental, cujos conceitos estão especificados na Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993.

Luciano Meneses
Ariadne Mansú de Castro
Cristianny Gisler